

Às 19h05min (dezenove horas e cinco minutos), do dia 30 de março de 2023, o Presidente do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH), Elias José Lopes de Freitas, abriu a **421ª** Sessão Plenária deste Conselho, a primeira a acontecer em formato híbrido (05 conselheiros presentes fisicamente e 16 conselheiros presentes no formato online utilizando a plataforma Google Meet). **Pauta:** **1)** Abertura; **2)** Estabelecimento de duração da reunião, conforme previsto no Regimento Interno, art. 34; **3)** Informes; **4)** Discussão do processo de contratação de trabalhadores via caixa escolar para atuarem na Educação Infantil, atendendo as crianças de 3 a 5 anos de idade, no interturno de 11h30min às 13h; **5)** Criação de uma Comissão Especial para reestruturação do Regimento Interno e composição dos segmentos do CME/BH; **6)** Violência no ambiente escolar, assassinato da trabalhadora em educação no estado de São Paulo. **Conselheiros Presentes:** Elias José Lopes de Freitas (presencial), Luiz Henrique Borges de Oliveira (remoto), Shirley de Cássia Pereira Machado de Miranda (remoto), Rebeca Cristina Nunes Lloyd (remoto), Andreia de Barros Teixeira (remoto), Laís Sousa Gonçalves (remoto), Cristiana Duarte de Souza (remoto), Helder de Paula Moura (remoto), José Maria Rodrigues da Silva (remoto), Bárbara Mendes da Silva (presencial), Marcus Vinícius Lindenberg Fróes (remoto), Rosmary Aguayo Pintos (presencial), Fábio Liberato de Faria Tavares (remoto), Luciana Catalão de Albuquerque (presencial), Carolina Azevedo Moreira (remoto), Rogério Helvídio Lopes Rosa (remoto), Liliani Salum Alves Moreira (remoto), Fabiana Gonçalves Fonseca Bonfim (presencial) e Wandson Antônio Silva Mourão (remoto). **Justificou ausência:** Alessandra Gomes e Castro, Érika Patrícia Santos Cassemiro e Patrícia Barbosa Lima. **Membros da Secretaria Executiva presentes:** Alexander Gonçalves Corradi, Elissandra de Cássia dos Santos e Patrícia Maria Gonçalves Fernandes. **Desenvolvimento da Plenária:** **1)** O Presidente deu início à Sessão Plenária e cumprimentou a todos. **2)** Estabelecimento de duração da reunião, conforme previsto no Regimento Interno, art. 34; indicou-se a referência de 21h, aprovada unanimemente pelos presentes. **3)** Informes: O Presidente mencionou que aquela era a primeira Plenária em formato híbrido, 05 (cinco) conselheiros compareceram em formato presencial. Comunicou que o formato continuará em avaliação, caso diminua ainda mais o quórum presencial, o modelo será reavaliado. **4)** Discussão do processo de contratação de trabalhadores via caixa escolar para atuarem na Educação Infantil, atendendo as crianças de 3 a 5 anos de idade, no interturno de 11h30min às 13h **a)** O Presidente iniciou sua fala dizendo que, como havia prometido na Plenária anterior, a pauta solicitada pelo Sind-REDE/BH seria discutida com a tranquilidade que o tema merece. Que a pauta tinha sido apresentada pelo conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes na reunião da Mesa Diretora, que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade e que agora estava pautada na presente Plenária. Elias José Lopes de Freitas ressaltou que, conforme o próprio conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes mencionou na reunião da Mesa Diretora, o intuito primeiro era solicitar ao Gabinete ou à Gerência uma explicação sobre essa decisão, sobre essa política. A luz dessa resposta, o CME/BH se debruçaria e, dentro de suas atribuições, seria criada uma comissão para verificar se essa política fere a Resolução CME/BH nº001/2015, resolução essa que abarca todo o Sistema de Ensino e não só as escolas da Rede Própria; sendo importante também verificar como as demais escolas do sistema lidam com a questão do interturno na Educação Infantil. Em seguida, Elias José Lopes de Freitas, passa a palavra para o conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, uma vez que foi ele o conselheiro que apresentou a pauta na Mesa Diretora. Marcus Vinícius Lindenberg Fróes mencionou que a demanda do sindicato tinha sido solicitada na Plenária anterior pela Conselheira Rosmary Aguayo Pintos, que a mesma se encontrava de forma presencial na Plenária e que passaria a palavra a ela, para que apresentasse a demanda,

fazendo a leitura do documento que foi emitido pelo Sind-REDE/BH. Rosmary Aguayo Pintos inicia sua fala se apresentando, em seguida começa a ler a carta que foi pautada no dia 27/01/2023 pela Diretoria Colegiada do Sind-Rede e que foi encaminhada ao CME/BH: Caros representantes do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, A Diretoria do Sind-REDE/BH solicita que este Conselho analise o processo de contratação de trabalhadores via caixa escolar para atuarem na educação infantil atendendo as crianças de 3 a 5 anos de idade desenvolvendo atribuições que até então eram realizadas pelas professoras que atuavam no intermediário. A partir da leitura da resolução 001 de 2015 do Conselho Municipal de Educação que versa sobre a regulamentação da educação infantil no município de Belo Horizonte e tendo em vista a decisão da SMED BH em contratar os trabalhadores que de acordo com documento "Orientações básicas para a contratação de monitores para atuação no interturno (11:30 às 13h) nas EMEIs" devem: "Acompanhar e responsabilizar-se pelos estudantes durante o tempo de desenvolvimento das oficinas (11h30 às 13h), nas rotinas escolares, nas excursões e saídas pedagógicas, e demais atividades planejadas pelo coletivo da escola; realizar, registrar e apoiar as atividades de busca ativa e visitas domiciliares aos estudantes e suas famílias com o objetivo de estimular e garantir a frequência destes no ambiente escolar favorecendo sua efetiva participação no cotidiano escolar e nos processos educativos; participar de reuniões de planejamento, avaliação, monitoramento, formação, dentre outras, convocadas pela SMED e pela Escola; participar dos processos formativos propostos/disponibilizados pela SMED e pela Escola; elaborar relatórios de execução de atividades de planejamento, avaliação, monitoramento e formações, dentre outros, conforme demanda da gestão escolar; articular planejamentos e ações com o coletivo de profissionais da unidade escolar em que atua de modo a colaborar com a efetivação da Educação Integral; executar outras atribuições correlatas". O mesmo documento ainda sugere: "O "repouso" é fator relevante para a saúde da criança, é importante que as atividades do interturno tenham foco nesta necessidade. Isso não significa que todas as crianças precisem dormir. No período de troca de turnos, é interessante que lhes sejam oferecidas opções de atividades mais relaxantes, objetivando que as crianças fiquem tranquilas e descansadas para a continuidade das atividades à tarde. Sugestões de atividades: ler um livro para as crianças; possibilitar-lhes a escolha de livros; brincadeiras calmas como: bolhas de sabão, dobraduras, construir brinquedos com material reciclável, dentre outras; ouvir histórias gravadas; realizar jogos de tabuleiro, de montar (quebra-cabeça), trilhas, dominó; assistir a filmes; propor atividades de alongamento, exercícios de respiração." A Diretoria do Sind-REDE/BH entende que essas contratações não respeitam a regulamentação 001/2015 CME/BH, por várias razões, mas em especial uma vez que permite não docentes atuarem como regentes, ao substituir as professoras concursadas que atuavam no intermediário e solicita um posicionamento do Conselho Municipal de Belo Horizonte. Na certeza de que a educação pública se faz com o respeito às especificidades de cada etapa, que o cuidar e o educar são ações indissociáveis no processo educativo da educação infantil e por isso exigem a presença de professoras, aguardamos o retorno deste Conselho. Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2023. Após o término da leitura da carta, a conselheira Rosmary Aguayos Pintos continua sua explanação destacando três artigos da Resolução CME/BH nº 001/2015 que respaldam a constatação da inviabilidade da contratação de monitores, via caixa escolar, substituindo professores concursados que acompanhavam as crianças nesse interturno: Art. 24 - A proposta pedagógica deve prever condições para a organização do trabalho coletivo e de materiais, espaços e tempos que assegurem: I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidar e o educar como ações indissociáveis que constituem o processo educativo; Art. 39 - Na

composição do quadro de pessoal das instituições de educação infantil, admitir-se-ão outros profissionais, que auxiliam no trabalho educacional, desde que as atividades por eles exercidas sejam complementares e não substitutivas às do professor da educação infantil; e, por último o Art. 45 - Compete aos docentes da educação infantil: VI - assegurar a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educacional e aprofundando os conhecimentos sobre a organização e operacionalização dos cuidados com a higiene, alimentação e bem estar das crianças de até cinco anos. Para encerrar a demanda, a conselheira Rosmary Aguayo Pintos cita a cartilha do Appia de Contratação de Monitores no Interturno, que foi compartilhada pela mesma no grupo de WhatsApp do CME/BH, mencionando que essa contratação está ferindo a resolução 001/2015 do CME/BH. Continua dizendo que o Sindicato em 2018 teve um termo de acordo de um ajustamento de conduta, no qual a MGS e a Smed foram citadas, impedindo a contratação de monitores no lugar dos professores da nossa Rede. Que ainda no presente ano o Sindicato entrou com uma ação judicial contra a Smed e a MGS, destacando que os monitores de apoio jamais poderão substituir professores concursados nas funções docentes, ainda mais na Educação Infantil, onde o cuidar e o educar são indissociáveis. Que o interturno é uma ação pedagógica, que requer a presença do professor. Continua dizendo que, sem querer ser repetitiva, que os monitores são profissionais de apoio, mas de apoio ao professor. O Presidente do CME/BH toma a palavra ressaltando que a carta lida é a mesma carta que seria apresentada na Plenária anterior, que o CME/BH acata essa discussão dentro do prosseguimento que se deve ter. Que o desafio que temos é fazer o diálogo com as instâncias responsáveis pela política, no caso o gabinete, a gerência da Smed. Que a partir desse diálogo, inicia-se a discussão. Que a demanda foi recepcionada pelo CME/BH e que na hora de se escrever uma petição, deve-se elencar todos esses motivos que ferem a Resolução CME/BH nº001/2015 e aguardar o que teremos de retorno. Que essa seja a nossa arena de discussão. O Presidente Elias José Lopes de Freitas questiona se quanto a presente pauta alguém tem mais alguma observação, ou se pode partir para os encaminhamentos. A conselheira Fabiana Gonçalves Fonseca Bonfim toma a palavra dizendo ser a favor que se faça um ofício para a Professora Ângela Dalben, Secretária de Educação do município de Belo Horizonte, para que a mesma possa esclarecer o que de fato está acontecendo. O Presidente Elias José Lopes de Freitas responde para a Conselheira dizendo que esse ofício será o objetivo da comissão que será constituída. O conselheiro Helder de Paula Mourapede a palavra, dá boa noite e boas vindas para todos e diz que, como pai, ouviu relatos de alguns profissionais que as diretoras e a própria gestão estão nomeando supostos apoio-educando como responsáveis. Que não pode dar nomes, mas que escutou relatos de mais de cinco instituições que estão passando por esse processo; que faz a defesa dos professores, pois eles tem esse mérito e não os monitores. O conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes pede a palavra e diz que gostaria de reforçar a importância do que foi colocado, que a Educação Infantil está baseada no princípio do cuidar e do educar de forma indissociável, que deverá ser conduzido pelos profissionais da educação infantil concursados, que não é cabível qualquer tipo de interrupção dessa responsabilidade. Que houve toda uma articulação de uma política pública, que resultou na construção de uma carreira. Que existe nesse ponto um questionamento que precisa ser esclarecido, porque isso viola de maneira frontal a Resolução CME/BH nº001/2015. O conselheiro ainda sugere a presença de diretores, gestores e quem sabe até a presença da própria senhora secretária de Educação para esclarecer tais assuntos. O Presidente Elias José Lopes de Freitas propôs para encaminhamento a constituição de uma comissão, mas que gostaria que essa comissão fosse

representativa. Uma vez que a questão é relativa à Educação Infantil e que nela estão envolvidos pais, pessoas do sistema, pessoas da CTEI - câmara especialista no assunto, trabalhadores etc. Que a Comissão tivesse uma diversidade de segmentos para se ter uma riqueza de discussão. Reforça que o CME/BH tem essa característica do diverso, que deve ser considerada o tempo todo. Trabalhar com os diversos interesses das partes na construção de um consenso entre elas. A Conselheira Rosmary Aguayo Pintos pede a palavra para pontuar a fala do Conselheiro Helder de Paula Moura, que é pai, que mencionou que essa situação foi inclusive corroborada pelos gestores, que gostaria de fazer um esclarecimento quanto a proposta da Smed que orienta que as seleções dos monitores seja feita pela equipe gestora da EMEI, que o monitor teria entre quatro e seis horas de trabalho, que a contratação deveria ser efetivada até o dia 23 de janeiro de 2023, para que o primeiro dia letivo os monitores já estivessem disponíveis para o atendimento das crianças. Ou seja, que os gestores já tinham essa orientação da própria SMED, que estavam acatando as orientações da própria SMED. Continua dizendo que outro ponto a ser levantado é que o monitor também não pode substituir o apoio ao educando, contratado pela MGS para dar apoio aos alunos de inclusão da Rede. Que o interturno é um período muito desafiador para os alunos de inclusão, e que não ter um professor para direcionar o trabalho do monitor e do próprio apoio ao educando, torna esse assunto mais sério ainda para o público de inclusão. O Presidente Elias José Lopes de Freitas pergunta então quem gostaria de fazer parte da comissão e reforça a importância da diversidade na formação da mesma. A Comissão se forma com os seguintes conselheiros: Cristiane Nunes de Oliveira, Andréia de Barros, Teixeira, Bárbara Mendes da Silva, Luiz Henrique Borges de Oliveira, Wandson Antônio Silva Mourão, Rosmary Aguayo Pintos, Helder de Paula Moura Alessandra Gomes e Castro. **5)** Criação de uma Comissão Especial para reestruturação do Regimento Interno e composição dos segmentos do CME/BH; **a)** O Presidente Elias José Lopes de Freitas inicia o segundo ponto da pauta, mencionando a alteração do regimento do CME/BH e até da sua lei. Que é notório que em alguns aspectos o regimento do CME/BH está anacrônico, porque data do ano de 2000, e a própria composição do Conselho que também é anacrônica, ainda mais se observarmos a composição de outros Conselhos que estão aí na nossa cidade e que tem uma composição completamente diferente. A não existência de paridade no CME/BH, como a que existe em outros conselhos, e a escolha do Presidente do CME/BH pelo poder executivo, ao invés de ser escolhido pelos pares ou por outro combinado pré-estabelecido como um ano pelo governo e outro ano pela sociedade civil. Elias José Lopes de Freitas sugere que seja formada também uma comissão e que as mudanças sejam sistêmicas. Continua dizendo não acreditar que mudanças pontuais sejam suficientes, que será preciso, antes de tudo, mudanças estruturais. Que tais mudanças sejam proveitosas para o Conselho. Menciona ainda que o assunto foi exposto na reunião da Mesa Diretora e que a intenção é que se forme uma Comissão para que se debruce sobre o assunto e traga melhorias. Que o CME/BH já possui 22 anos e que é chegado o momento de mudanças sistêmicas em seu regimento. Que, como bem lembrou o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, tem que serem vistas as questões objetivas, principalmente no que diz respeito a outros poderes, para que não seja prejudicada a participação popular. O Presidente chama os demais membros da Mesa Diretora, caso algum deles queira se manifestar sobre esse ponto específico da pauta, reforçando que essa reforma tem que ser ousada mesmo, para que se evite saias justas e prejudique a participação popular. Finaliza dizendo que a questão da paridade é a mais importante nesse momento. A Conselheira Bárbara Mendes da Silva solicita a palavra, ressaltando as falas do Presidente anterior do CME/BH, César Eduardo de Moura, no dia da posse dos Conselheiros do atual mandato, onde

o mesmo trouxe algumas sugestões para essas modificações; que ela gostaria de saber se tem como resgatar essas falas e que as mesmas possam servir como ponto de partida para a Comissão sobre a alteração do Regimento do CME/BH. O atual Presidente responde à conselheira que é possível sim, e que tudo será disponibilizado para os Conselheiros que irão compor a Comissão. Ressalta ainda que essa não é uma discussão nova dentro do CME/BH, e que pode ser feito um resgate de tudo que já foi discutido sobre o tema. Continua sua fala dizendo que a Comissão pode contar com assessoria externa, cita a ex- Conselheira Gabriela Camila Sales de Oliveira, representante do Movimento Luta Pró-Creche, que a mesma contribuiu demais para essa discussão e se colocou à disposição para o CME/BH. Continua dizendo que a ideia é de se fazer um seminário e trocar experiências com outros conselhos, de outros estados e municípios. Que é muito ruim um regimento com lacunas, porque começa a ser necessário um exercício de tradução. E finaliza dizendo a importância de um Conselho equitativo na sua representatividade. O Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes pede a palavra e menciona a importância do grupo de trabalho se debruçar primeiramente na coleta de dados, no estudo dos demais regimentos internos, principalmente dos Conselhos Municipais de Educação das capitais, das legislações municipais e estaduais, para entender a diversidade das normas dos demais conselhos; até mesmo no que diz respeito à composição desses Conselhos Municipais, para não permitimos disparidades como membro do CDL (Conselho dos Diretores Lojistas) compondo Conselho de Educação, por exemplo, configurando inclusive uma situação esdrúxula. Continua dizendo que, ao seu ver, não será um trabalho célere, que talvez deixe legados para que a próxima gestão colha frutos mais concretos. Que os trabalhos devem ser feitos com bastante tranquilidade, responsabilidade e com bastante convencimento. Finaliza dizendo que considera a participação da ex-conselheira Gabriela Camila Sales de Oliveira benéfica, que a mesma é bacharel em Direito, mas que gostaria de solicitar que as interferências da ex-conselheira fossem apenas de ordem técnica, jurídicas; que as questões políticas não fossem consideradas, uma vez que a ex-conselheira é representante de um determinado segmento, que foi conselheira representante desse segmento no CME/BH e que foi uma pessoa muito combativa, que esse tipo de postura não pode influenciar a discussão do tema na formação atual do CME/BH. o presidente Elias José Lopes de Freitas agradece o conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes e concorda que será uma discussão longa, que não se esgota em um semestre ou ano, que provavelmente será mesmo um legado. Quanto à participação da ex-conselheira Gabriela Camila Sales de Oliveira, que a mesma enquanto não conselheira, terá uma papel bastante específico, que para representar o segmento dela agora existem outros conselheiros. Será frutífera a contribuição da Gabriela Camila Sales de Oliveira uma vez que a mesma participou de discussões anteriores sobre o tema, não se partiria do zero a discussão atual, seria possível pontuar onde nós paramos e porque paramos a discussão sobre o regimento do CME/BH. Continua pontuando o aspecto político dizendo que é preciso ter muito cuidado para não se trazer para o CME/BH pautas que não são do Conselho, questões não relativas à educação ou que são relativas de forma enviesada. Por isso é importante estarmos bem articulados e sabermos bem o que queremos, é importante que a gente se mova, que sejamos ousados porque está passando da hora. Elias José Lopes de Freitas pergunta aos presentes quem quer fazer parte da Comissão Especial para discussão do Regimento do CME/BH e pondera sobre a importância de uma comissão com representatividades diversas, para que as discussões levem em conta os vários interesses que compõem o Conselho, se candidata de pronto a fazer parte da Comissão Especial de mudança do Regimento e da Lei e é seguido pelos seguintes conselheiros: Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, Bárbara Mendes da

Silva, Luiz Henrique Borges de Oliveira, Wandson Antônio Silva Mourão, Rogério Helvídio Lopes Rosa, Helder de Paula Moura, Carolina Azevedo Moreira, Fábio Liberato de Faria Tavares. O Presidente Elias José Lopes de Freitas pondera que a Comissão Especial foi formada, mas que outros integrantes podem fazer parte no decorrer do processo. Encerrado esse ponto de pauta, inicia o próximo ponto. **6) Violência no ambiente escolar, assassinato da trabalhadora em educação no estado de São Paulo. a)** O Presidente Elias José Lopes de Freitas ressalta a lembrança feita pelo conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés na reunião da Mesa Diretora sobre uma Nota de Repúdio sobre o ato de violência lamentável que tivemos em uma escola de São Paulo, que culminou com a morte de uma Professora e passa a palavra para Marcus Vinícius Lindenberg Froés que propõe um minuto de silêncio em homenagem a professora Elisabete Tenreiro que perdeu a vida de uma forma extremamente violenta. Passado o um minuto de silêncio o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés continua sua fala mencionando a importância do tema Violência no ambiente escolar ser discutido no CME/BH, pois quando percebemos que um jovem de 13 anos de idade comete um homicídio, isso traz pra gente uma preocupação enorme, porque se trata de algo que não se espera de um ser humano recém saído de um período de infância. Que o episódio nos traz uma sensação de uma doença social, algo muito errado está acontecendo há bastante tempo. Situações como as que aconteceram em São Paulo poderiam estar acontecendo também em Belo Horizonte. Continua mencionando o clima de medo das pessoas ao pensar que o mesmo pode estar ocorrendo na escola dos próprios filhos e que são preocupações legítimas. Acredita que o tema deve ser debatido no CME/BH de forma, inclusive, diagnóstica, onde cada segmento traga dados objetivos e específicos da violência nos espaços escolares; que seja também possível a criação de seminários para apresentação desses diagnósticos, pois os estudos prévios são imprescindíveis para que se possa combater o problema. O conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés propõe também que se crie uma comissão ou um grupo de trabalho sobre o tema, que ao final dos trabalhos se possa, inclusive, gerar uma nota técnica, um documento oficial do CME/BH. O Presidente Elias José Lopes de Freitas agradece e sugere que para esse tipo de trabalho, nas escolas da Rede Própria, podemos contar com a participação da Gerência de Ambiente Escolar, para sabermos qual atitudes estão sendo tomadas para a harmonia dentro do ambiente escolar das escola da Rede. O conselheiro Helder de Paula Moura pede a palavra e diz concordar inteiramente com a fala do conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés, que ficou indignado e preocupado com o ocorrido na escola em São Paulo. O Presidente Elias José Lopes de Freitas agradeceu a participação do conselheiro Helder de Paula Moura e concedeu a palavra ao conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa, que iniciou sua fala demonstrando indignação pelo episódio ocorrido na escola em São Paulo. Que esses episódios estão cada vez mais frequentes não só no Brasil, mas em diversos outros lugares do mundo. Que devemos nos atentar às questões repetitivas desses episódios, para que se possa elaborar procedimentos para evitá-los, porque não adianta ficarmos apenas lamentando, sem agir. Que na ausência desses procedimentos é comum percebermos o desrespeito ao negro, ao gay, ao homossexual, ao indígena em vários lugares do cotidiano de nossas cidades, inclusive nas escolas. Que o desrespeito deve ser combatido em qualquer esfera. Continua dizendo que o professor não é um herói, que é um trabalhador como outro qualquer e que está se envolvendo em situações que fogem do seu controle, que já trabalham de forma precária e que tudo isso deve ser levado em conta. Que a professora que faleceu nessas circunstâncias terríveis, era uma professora aposentada, que continuava a trabalhar para completar a sua renda insuficiente da aposentadoria. Indaga ainda de onde saiu tanto ódio de um adolescente de treze anos de

idade, provavelmente dos ambientes virtuais que fomentam esse tipo de discurso e que ainda não se vê uma atitude combativa do estado para esse tipo de situação. Que a escola é local para se “desnaturalizar” a violência. Continua explanando que nos últimos quatro anos tivemos um governante máximo que cultuava torturadores, entre outros, que isso é o pior dos exemplos para esses adolescentes. Que a população brasileira se dividiu na metade, onde um grande grupo apoia esse tipo de conduta, e que um adolescente de 13 anos se questiona o porquê não pode fazer o mesmo. São crimes de ódio que desrespeitam a diversidade. O Presidente Elias José Lopes de Freitas agradeceu a participação do conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa e lembrou que conversaram sobre isso na última reunião da Mesa Diretora, que a sociedade está culturalmente doente, onde se banalizou o uso da violência e a questão armamentista. Em seguida passa a palavra para a Conselheira Luciana Catalão de Albuquerque, que concorda com as colocações dos conselheiros anteriores em relação ao tema e sugere um trabalho em parceria com o Clima Escolar, que considera um trabalho muito bom; e também um trabalho em parceria Família-Escola, que está precisando haver um resgate dessa parceria, da presença da Família na Escola, enquanto projeto mesmo, enquanto ciclo de palestras, oficinas, até mesmo de um seminário. O Presidente Elias José Lopes de Freitas agradeceu a participação da conselheira Luciana Catalão de Albuquerque e sugeriu que o seminário seja em parceria também com outros programas existentes na cidade que lidam com o tema violência. A conselheira Fabiana Gonçalves Fonseca Bonfim acrescenta a importância de se focar na prevenção do problema, para que não chegue ao ponto em que se chegou em São Paulo. Uma união com todos os programas e com o envolvimento das famílias, que traz um retorno muito significativo e fortalece o vínculo da família com os profissionais da escola. A conselheira Shirley de Cássia Pereira Machado de Miranda pede a palavra e diz que a questão da violência é muito complexa e envolve várias vertentes, que muitas vezes ela vai refletir dentro da escola, mas é algo que está na sociedade, e a escola sozinha não irá dar conta de tudo isso. Fazemos parte dessa rede de proteção, mas essa rede também tem outros atores: a assistência social, saúde, Ministério Público. A violência na escola é um reflexo da violência na sociedade, muitas vezes o aluno sofre a violência fora do ambiente escolar. Que é óbvio ressaltar que a escola é um lugar de educação, de convivência diária com o aluno. Que é importante ressaltar essa temática do *bullying* e *cyberbullying*, que muitas vezes vem justificando esses atos de violência, com os alunos e com as famílias. Fazer uma parceria entre todos os atores envolvidos para preparar os trabalhadores das escolas, utilizando inclusive a justiça restaurativa, a comunicação não violenta; pensando nessa temática não só entre os alunos, mas também entre os colegas e professores, entre professores e diretores, professores e demais funcionários, em todas as relações interpessoais no ambiente escolar. Que já existem algumas ações, mas que se pode sim pensar em outras, porque às vezes nos deparamos com questões tão sérias nas escolas que nem sabemos como lidar. O Presidente Elias José Lopes de Freitas agradece a conselheira Shirley de Cássia Pereira Machado de Miranda e pede para a mesma permanecer com a câmera aberta, se desculpa por ter esquecido de apresentá-la aos demais membros do conselho, uma vez que, quando ela entrou, a reunião já estava em curso. Explicou aos presentes que a nova conselheira que está no lugar da conselheira Márcia Ambrósio, que pediu dispensa de suas funções no CME/ BH e em seguida pediu à conselheira Shirley de Cássia Pereira Machado de Miranda que se apresentasse. Após a apresentação da nova conselheira, o conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa pediu a palavra para lembrar uma provocação feita pelo Professor Teodoro Zanardi na última Conferência Municipal de Educação de Belo Horizonte, em novembro de 2022, sobre a qualidade social da educação e a garantia de direitos,

onde o mesmo fala que a escola é o lugar da ação e prática dos direitos humanos; que talvez essa reflexão possa servir de norte para esse momento de reflexão que está sendo proposto aqui no CME/BH. O Presidente Elias José Lopes de Freitas concorda com a lembrança do conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa e ressalta que tal reflexão casa com o momento que estamos vivendo. A conselheira Rebeca Cristina Nunes Lloyd pediu a palavra e ponderou sobre a questão multifatorial da violência, que se tem que pensar em políticas educacionais voltadas para a adolescência e juventude de forma intersetorial. Que também faz parte do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e não tem como se pensar no tema violência sem se pensar em políticas nacionais voltadas para o adolescente e para o jovem. Porque os jovens estão cometendo atos violentos dentro das escolas e porque os jovens pretos são os que mais morrem na periferia da nossa cidade? Que esse debate tem que estar presente no CME/BH e nos demais conselhos. Que temos na Prefeitura o pediatra, especialista em adolescência, Fernando Borges, que pode contribuir para esse debate, para a construção de políticas públicas voltadas para a juventude. Porque existe uma dificuldade da nossa Rede em se trabalhar com a adolescência; a escola tem que fazer sentido para esse público, para daí se fazer algo diferente a respeito da problemática da violência no ambiente escolar. O Presidente Elias José Lopes de Freitas agradeceu a conselheira Rebeca Cristina Nunes Lloyd, ressaltou a experiência da mesma em outros conselhos e também na SMED, em setores que já lidam com essa problemática há algum tempo. Que, nesse sentido, a contribuição da Rebeca Cristina Nunes Lloyd é muito bem vinda ao CME/BH e, inclusive, sugeriu seu nome para compor um grupo de trabalho. Continuou dizendo que é importante que o CME/BH produza, que das comissões e grupos de trabalho tenha como resultado algo que contribua para a melhoria da educação como um todo. Nesse sentido, não havendo ninguém mais para se manifestar, encaminhou para formação de um grupo de trabalho sobre a temática que foi composto pelos seguintes conselheiros: Rebeca Cristina Nunes Lloyd, Luciana Catalão de Albuquerque e Marcus Vinícius Lindenberg Froés. A conselheira Carolina Azevedo Moreira pede a palavra e menciona a sugestão que deu na última reunião da CTEI, que o CME/BH fizesse uma moção de repúdio a esse ato de violência ocorrido em São Paulo. O Presidente Elias José Lopes de Freitas concorda com a conselheira e diz ser essa a proposta inicial do grupo de trabalho, uma vez que a moção de repúdio é bastante emblemática e simbólica. A conselheira Rebeca Cristina Nunes Lloyd pondera que a criação de um grupo de trabalho que se debruce sobre o tema não tem a mesma urgência temporal que a moção de repúdio, que essa última precisa ser mais célere para que não perca o sentido. O conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés propõe que a moção de repúdio seja uma produção coletiva do CME/BH em um drive compartilhado e não somente do grupo de trabalho. O Presidente Elias José Lopes de Freitas concorda com a produção coletiva, mas pondera sobre o drive compartilhado, temeu ser contraproducente, que gostaria de ter uma pessoa referência e o conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés se candidatou para começar a produzir o documento e compartilhar com os demais conselheiros. Concluídos todos os pontos da pauta, às 20h40min, o Presidente Elias José Lopes de Freitas, encerrou a Sessão Plenária Híbrida, agradecendo a presença de todos. O registro dessa Sessão foi feito pela Secretaria Executiva através da gravação do áudio, que foi devidamente transcrito para a presente Ata. _____